

4. MODERNIZAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

4.1. PROMOEX



O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina é integrante do Programa de Modernização do Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros - Promoex.

O Promoex tem por objetivo o fortalecimento institucional e a modernização do sistema de controle externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios, garantindo sua integração nacional e aumentando a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e controle, com a finalidade de servir de instrumento de cidadania e contribuir para a efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Este Programa conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com previsão de aplicação de cerca de US\$ 64 milhões, distribuídos entre todos os tribunais de contas do País. Sendo US\$ 38,6 milhões com recursos financiados pelo BID através do contrato de empréstimo 1628/OC-BR, firmado em 14/09/2005 com o Governo Federal, tendo como Mutuário a República Federativa do Brasil, Executor Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, subexecutores Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os Recursos Adicionais (local) estão assim distribuídos: Governo Federal, US\$ 25,8 milhões, e Subexecutores, US\$ 21,9 milhões.

O financiamento tem como mutuário a União, que repassa os recursos aos tribunais de contas estaduais e municipais e do Distrito Federal, por meio de convênio celebrado com o Ministério do Planejamento e Gestão.

A meta do programa é agilizar a tramitação dos processos, priorizar a modernização de procedimentos, incluindo a ampliação da informatização, e intensificar o aprimoramento do corpo técnico, a interação entre os organismos de controle público e a aproximação com a sociedade.

O Convênio GF/MP/SEGES nº 11/2006 - PROMOEX, publicado no DOU em 13/04/2006, com vigência prevista de três anos contados dessa data, firmado Com o Governo Federal, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, no âmbito do contrato de empréstimo BID 1628/OC-BR, tem como objetivo principal a execução do PROMOEX no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC. Por conta de aditivos o Convênio foi posteriormente a vigência do convênio foi prorrogada até as seguintes datas: 31/12/2010, 31/03/2011, 31/12/2011 e 30/06/2012.

O Convênio GF/MP/SEGES nº 11/2006 - PROMOEX previu inicialmente recursos da ordem de R\$ 5.715.987,46 (US\$ 1.971.030,16), sendo R\$ 3.358.879,20 (US\$ 1.158.234,21) oriundos do Governo Federal (MP) por conta do financiamento externo (BID) e R\$ 2.357.108,23 (US\$ 812.795,95) de contrapartida local (TCE/SC) - base cambial de US\$ 1,00 = R\$ 2,90.

Com a última prorrogação do Convênio, realizada através do Termo Aditivo nº 02/11, assinado em 08/09/2011 e publicado no DOU em 29/09/2011, o Plano de Trabalho desse aditivo constam os valores do convênio atualizados para a taxa cambial de US\$ 1,00 = R\$ 2,04. Segundo essa base cambial o valor total do Projeto é de R\$ 4.020.901,50 (US\$ 1.971.030,16), sendo R\$ 2.362.797,78 (US\$ 1.158.234,21) oriundos do financiamento externo e R\$ 1.658.103,72 (US\$ 812.795,95) de contrapartida local.

Do valor total previsto, até a data de 31 de dezembro de 2011, foram recebidos recursos da Unidade Coordenadora do Projeto – UCP - no montante de R\$ 2.362.797,78, correspondente ao financiamento externo, e o TCE/SC aportou R\$ 1.237.544,73, correspondente à contrapartida local. Já o valor aportado pelo TCE/SC corresponde a cerca de 75% da contrapartida local pactuada.

Desse montante, até o quarto trimestre de 2011, foram gastos R\$ 1.554.307,71, da fonte MP/BID, e R\$ 1.231.535,55, da fonte contrapartida local, totalizando R\$ 2.785.843,28, que corresponde a 69% do valor total do Projeto. Cabe destacar que foram comprovados e aprovados, junto à unidade coordenadora, os seguintes montantes: R\$ 780.325,94, dos recursos da MP/BID, e R\$ 1.083.097,93, dos recursos da fonte contrapartida.

Em 2011, o Governo Federal repassou ao TCE/SC o montante de R\$ 590.448,97 (quinhentos e noventa mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos) que somado aos repasses já realizados, nos períodos anteriores, totalizou R\$ 2.362.797,78 (dois milhões, trezentos e sessenta e dois mil, setecentos e noventa e sete reais e setenta e oito centavos), ou seja, representa 100% do valor total previsto no convênio para repasse do Governo Federal (fonte MP/BID), não havendo mais valores a serem repassados.

Foi encaminhado para a Direção Nacional do PROMOEX o plano de aquisição para o ano de 2011-2012, prevendo investimentos no valor de R\$ 834.547,80 (oitocentos e trinta e quatro mil quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), distribuídos da seguinte forma:

TABELA 22 – PLANO DE AQUISIÇÃO COM RECURSOS DO PROMOEX – 2011-2012

Descrição	Recursos BID	Recursos TCE	Total
Aquisição de Bens	322.048,33	65.000,00	387.048,34
Contratação de Serviços	238.770,92	208.728,54	447.499,46
Total	560.819,26	273.728,54	834.547,80

Fonte: DPE/UJEL

Dos valores repassados pelo Governo Federal restam ainda a ser aplicados R\$ 808.490,07 (oitocentos e oito mil, quatrocentos e noventa reais e sete centavos). Além disso há disponibilidade de R\$ 128.876,55 (cento vinte oito mil, oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) dos resultados da aplicação financeira dos recursos repassados, o montante de R\$ 937.366,62 (novecentos e trinta e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e dois centavos), e de R\$ 343.663,17 (trezentos e quarenta e três mil, seis centos e sessenta e três reais e dezessete centavos) dos recursos da contrapartida

No quarto trimestre de 2011, o Tribunal de Contas investiu o montante de R\$ 94.562,62 (noventa e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos), dos quais R\$ 86.212,62 (oitenta e seis mil, duzentos e doze reais e sessenta e dois centavos) foram com recursos da fonte Governo Federal / BID e R\$ 8.350,00 (oito mil, trezentos e cinquenta reais) da contrapartida deste Tribunal.

4.2. Ouvidoria

No trimestre, a Ouvidoria recebeu 299 manifestações. Destas, 57,53% referiam-se a solicitações de informações técnicas e sobre a legislação utilizada pelo TCE, no exercício de suas funções constitucionais, conforme demonstra a Tabela 21.

TABELA 23 – Descrição das demandas registradas

Natureza da Demanda	4º trimestre 2011	
	Quantidade	%
Críticas	4	1,34
Sugestões	-	-
Reclamações	73	24,41
Solicitações de Informações	172	57,53
Fornecimento de Informações	22	7,36
Outros	28	9,36
Total	299	100

Fonte: Ouvidoria

O Portal do TCE/SC destacou-se como o caminho mais utilizado para os cidadãos contactarem com a Ouvidoria, conforme dados da Tabela 24

TABELA 24 – Meios de acessos à Ouvidoria

Natureza da Demanda	Quantidade	%
Carta	6	2,01
Email	41	13,71
Fax	-	-
Portal do TCE	248	82,94
Atendimento Pessoal	4	1,34
Total	299	100

Fonte: Ouvidoria

4.3. Divulgação Institucional

O TCE/SC tem procurado mostrar à sociedade a importância do controle externo, bem como a divulgar sua missão institucional, o seu campo de atuação e suas principais ações de fiscalização. Neste sentido, destaca-se o papel da Assessoria de Comunicação (ACOM) através do envio de releases para a imprensa, produção de matérias para internet e intranet e elaboração de livros, manuais e informativos, entre outros.

No tocante às atividades desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação, no quarto trimestre de 2011, cabe registrar as principais ações de comunicação interna e externa demonstrados nas tabelas 25 a 30.

4.3.1. Comunicação Interna

TABELA 25 - MATÉRIAS SELECIONADAS PARA O CLIPPING ELETRÔNICO

Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO ESTADUAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO REGIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO NACIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de sites e blogs, que citam ou não o TCE	Total de Matérias selecionadas
1.338	202	162	95	1.797

Fonte: ACOM

TABELA 26 – MATÉRIAS DIVULGADAS AO PÚBLICO INTERNO

Matérias publicadas na intranet	Comunicação Sistema Interno de Som	E-mails encaminhados para o público interno - “Notas para reforçar matérias publicadas na intranet”
56	25	08

Fonte: ACOM

4.3.2. Comunicação Externa

TABELA 27 – MATÉRIAS ENVIADAS À IMPRENSA

Releases encaminhados	Releases aproveitados pela imprensa	Matérias publicadas decorrentes de releases
04	04	19

Fonte: ACOM

TABELA 28 - MATÉRIAS QUE MENCIONAM O TCE

Publicadas em jornais e revistas ¹	Publicadas em blogs e sites	Veiculadas em TVs ²	Veiculadas em Rádios ³	Total ⁴
228	75	42	20	365

Fonte: ACOM

1- De circulação regional, estadual ou nacional. 2 - Fonte: monitoramento feito nas TVs locais e estaduais, pela TV Clipagem. 3 - Fonte: monitoramento feito nas rádios locais CBN Diário, Guararema e Guarujá, pela TV Clipagem. 4 - A contagem de matérias que citam o TCE baseia-se em pesquisa realizada, diariamente, em cerca de 100 fontes. Por isso, é provável que o número de matérias veiculadas na imprensa que citam o TCE seja ainda maior do que o mensurado pela ACOM

TABELA 29 - MATÉRIAS PUBLICADAS NOS JORNAIS DO INTERIOR

Matérias que citam o TCE nos jornais do interior	Releases encaminhados	Releases aproveitados em jornais do interior	Matérias decorrentes dos releases aproveitados
160	04	03	05

Fonte: ACOM

TABELA 30 - MATÉRIAS PUBLICADAS POR COLUNISTAS

Notas de colunistas que citam o TCE	Releases aproveitados em notas de colunistas	Notas decorrentes dos releases aproveitados
161	02	05

Fonte: ACOM

4.4. Convênios e Acordos de Cooperação

O Tribunal de Contas de Santa Catarina tem intensificado a cooperação e a troca de informações com órgãos e entidades cujas atividades estão envolvidas com o controle de despesas públicas, objetivando o aprimoramento de técnicas e procedimentos no desenvolvimento de ações conjuntas de fiscalização.

A tabela a seguir apresenta os Convênios e Acordos de Cooperação, assinados no quarto trimestre de 2011.

TABELA 31 - CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
043/2011	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE AS PARTES, VISANDO INSERIR A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA - ALESC - NA EXECUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO QUE SERÁ EXECUTADO NOS PRÓXIMOS 02 (DOIS) ANOS, REFERENTE A MAIS UMA ETAPA DA CAMPANHA INTITULADA "O QUE VOCÊ TEM A VER COM A CORRUPÇÃO?".	SEM	DOTC-e nº 865, 14/11/2011, p. 10
028/2010	1º TERMO ADITIVO	SENADO FEDERAL / INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO - ILB	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES Nº 028/2010, PARA 10/11/2012.	SEM	DOU nº 236, 09/12/2011, p. 140 DOTC-e nº 865, 14/11/2011, p. 10
CL Nº 005/2008-00	2º TERMO ADITIVO	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 31/12/2013.	SEM	DOTC-e nº 883, 06/12/2011, p. 30
SEM/2006	4º TERMO ADITIVO	INSTITUTO RUY BARBOSA	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 31/12/2012.	-	DOTC-e nº 888, 15/12/2011, pp. 26-27
CL Nº 002/2008-01	1º TERMO ADITIVO	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 31/12/2013.	SEM	DOTC-e nº 893, 22/12/2011, p. 36
CL Nº 007/2008-01	1º TERMO ADITIVO	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 31/12/2013.	SEM	DOTC-e nº 893, 22/12/2011, p. 36
S/Nº	TERMO DE COOPERAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC	ESTABELECE ENTENDIMENTOS PRELIMINARES PARA REALIZAÇÃO DE UM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU COM 450 H/A, EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E CONTROLE EXTERNO, PARA TURMA DE ATÉ 40 ALUNOS SERVIDORES DO TCE OU INDICADOS PELO ÓRGÃO, A SER MINISTRADO PELA UFSC.	500.000,00	DOTC-e nº 893, 22/12/2011, p. 36
S/Nº	TERMO DE COOPERAÇÃO	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	DISPONIBILIZAR VAGAS PARA SERVIDORES DO TCE/SC NOS CURSOS DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (ATÉ 02 VAGAS), MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO (ATÉ 05 VAGAS) E MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA JURÍDICA (ATÉ 05 VAGAS), DA UNIVALI.	A DEFINIR	DOTC-e nº 893, 22/12/2011, p. 36